

- 28/02, quinta-feira, a partir das 10h - Casos Davi Capistrano, Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, João Massena Melo, José Montenegro de Lima, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Nestor Vera e Walter de Souza Ribeiro - Auditório Teotônio Vilela (1º andar)

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Adriano Diogo	PT	João Paulo Rillo
Marco Zerbini	PSDB	Mauro Bragato
Ed Thomas	PSB	Orlando Bolçone
André Soares	DEM	Estevam Galvão
Ulysses Tassinari	PV	Regina Gonçalves
a) Deputado Adriano Diogo - Presidente		

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA DE 14/02/2013
EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:
ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO, RG nº 212411007, matrícula nº 19162, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96. (Decisão nº1140/2013);
FRANCISCO MARQUES DA SILVA, RG nº 72155668, matrícula nº 16713, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 14/02/2013. (Decisão nº1141/2013);
LUCAS TEIXEIRA COSTA, RG nº 270790329, matrícula nº 22192, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011. (Decisão nº1142/2013);
MARIA DE LOURDES GUIRADO FACCIOLI, RG nº 3529985X, matrícula nº 23039, do cargo que vem exercendo, em comissão, de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96. (Decisão nº1143/2013);
NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:
VICENTE SEDRANGULO FILHO, RG nº 52160178, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Legislativo, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/12, em vaga decorrente do falecimento de JONISVALDO APARECIDO JOSE MENEGON. (Decisão nº1144/2013);
NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:
ANDREIA DE CASTRO BASTOS PESTANA, RG nº 19615879-5, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei. (Decisão nº1145/2013);
ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO, RG nº 212411007, para exercer, em comissão, o cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARIA DE LOURDES GUIRADO FACCIOLI. (Decisão nº1146/2013);
DOUGLAS LUIS NEVES CANETA, RG nº 17806592-4, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei. (Decisão nº1147/2013);
NEUSA MALDONADO SILVEIRA, RG nº 5124028, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de LAERTE AMERICO MOLLETA, ficando exonerado do cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR na data de sua posse. (Decisão nº1148/2013);
ROSANGELA DA SILVA LIMA, RG nº 16117723, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO. (Decisão nº1149/2013);
DECLARANDO, que na Decisão nº1101/2013, da Mesa, publicada em 09/02/2013, de nomeação de JAQUELINE ALBA TORRENTE, RG nº 49135775-8, para o cargo de Assistente Parlamentar II, o nome deve ser considerado como ora grafado . (Decisão nº 1150/2013);
CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:
Mat 21732, CHRISTIAN THOMAS LANDIM, a partir de 01/02/2013 (Decisão nº 1151/2013);
Mat 21913, REINALDO VIEIRA LIMA JUNIOR, a partir de 01/02/2013 (Decisão nº 1152/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº11912/1989
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3075/2012 da Mesa, publicada no DOE em 24/10/2012, de APOSENTADORIA da Senhora POLIANA LAZZERINI GONÇALO, R.G. nº 9.781.407, Matrícula nº 3907, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XX, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012 e não como constou da refeda Decisão, ficando-lhe assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XIX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;

2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual, regulamentada pelo Ato nº 13/1993, da Mesa, relativo a 04/10 (quatro décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Assessor Técnico Legislativo Procurador;
4) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
5) Vantagem Pessoal incorporada a seus vencimentos, nos termos do artigo 8º das Disposições Transitórias da Resolução nº 776/1996;
6) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2,3,4 e 5;
7) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3,4,5 e 6;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1123/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº9281/1987
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3355/2012 da Mesa, publicada no DOE em 01/12/2012, de APOSENTADORIA da Senhora SONIA VITORIA DE OLIVEIRA RODRIGUES, R.G. nº12.620.520-6, Matrícula nº 6389, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XVIII, e reenquadrada no Nível XX, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual, regulamentada pelo Ato nº 13/1993, da Mesa, relativo a 04/10 (quatro décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Técnico Legislativo nível XX e 05/10 (cinco décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Assistente Legislativo Administrativo;
4) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
5) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2,3 e 4;
6) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3,4, e 5;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1124/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº9200/1990
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3059/2012 da Mesa, publicada no DOE em 23/10/2012, de APOSENTADORIA da Senhora MARIA DE FATIMA FERREIRA VAIANO, R.G. nº13.568.730-5, Matrícula nº 8717, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XV, e reenquadrada no Nível XVIII, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XVIII, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1125/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº17312/1984
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 2873/2012 da Mesa, publicada no DOE em 19/09/2012, de APOSENTADORIA da Senhora MARIZA ANGELICA DE ANDRADE PAULICEK, R.G. nº 7.935.566-3, Matrícula nº 3263, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XVIII, e reenquadrada no Nível XX, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1126/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº06753/1986
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 2871/2012 da Mesa, publicada no DOE em 19/09/2012, de APOSENTADORIA da Senhora ROSANA MORAIS MARTINS, R.G. nº 11.316.681-3, Matrícula nº 3792, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XV, e reenquadrada no Nível XVIII, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;

3) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual, regulamentada pelo Ato nº 13/1993, da Mesa, relativo a 03/10 (três décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Técnico Legislativo;
4) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
5) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2,3 e 4;
6) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3,4, e 5;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1127/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº05350/1991
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 2962/2012 da Mesa, publicada no DOE em 10/10/2012, de APOSENTADORIA da Senhora LAURA SAGARRA FERNANDES, R.G. nº 5.974.495-9, Matrícula nº 6813, Analista Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível IV, e reenquadrada no Nível VII, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível VII, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1128/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº05801/1991
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 2870/2012 da Mesa, publicada no DOE em 19/09/2012, de APOSENTADORIA do Senhor MANUEL TERTULIANO DA SILVA, R.G. nº 4.882.066, Matrícula nº 6980, Técnico Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XVIII, e reenquadrada no Nível XX, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
6) Adicional de Insalubridade atinente a 44/60 (quarenta e quatro, sessenta avos) de 20% (vinte por cento) do valor de dois pisos nacionais de salários, concedidos nos termos da Lei Complementar 432/1985;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1129/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº0001/1997
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3264/2012 da Mesa, publicada no DOE em 22/11/2012, de APOSENTADORIA da Senhora CLEIDE SALUM BONINI, R.G. nº 7.225.542-0, Matrícula nº 6882, Analista Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível XII, e reenquadrada no Nível XV, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível XV, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1130/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº1928/2001
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3043/2012 da Mesa, publicada no DOE em 20/10/2012, de APOSENTADORIA da Senhora SOLANGE MARY AMENE DE MELLO GIBRAN, R.G. nº 5.481.934-9, Matrícula nº 11.899, Analista Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível VI, e reenquadrada no Nível IX, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível IX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1131/2013);

PROCESSO DIGITAL Nº0082/2003
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE RETIFICAR, a partir de 01 de dezembro de 2012, a Decisão nº 3089/2012 da Mesa, publicada no DOE em 26/10/2012, de APOSENTADORIA da Senhora YARA CARNEIRO MARTINS, R.G. nº 3.178.784, Matrícula nº 13.640, Analista Legislativo, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, em virtude do preenchimento dos requisitos no processo de PROMOÇÃO de 2012, conforme Apostila publicada no DOE em 13/12/2012, ficando enquadrada no Nível III, e reenquadrada no Nível VI, do SQC-II da Escala de Vencimentos, Anexo III, da Resolução 878/2012, por força da Disposição Transitória, artigo único, da Lei Complementar nº 1184/12, conforme Apostila publicada no DOE em 15, republicada em 18/12/2012 e não como constou da referida Decisão, ficando assegurados os proventos mensais correspondentes a;
1) Nível VI, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução 878/2012;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 813/1996;
3) Gratificação Legislativa, instituída pela lei nº 8238/1993;
4) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2, e 3;
5) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3, e 4;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1132/2013);
PROCESSO RG Nº 5115/03
INTERESSADO: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSUNTO: Solicita a prorrogação do afastamento de MARICY VALLETTA.
REF: OFÍCIO Nº 2610/COGEP/SPOA/MP
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE PRORROGAR o afastamento da servidora MARICY VALLETTA, RG. 13.073.578, matrícula 13.249, ocupante em caráter efetivo do cargo de Analista Legislativo, do SQC-II, para prestar serviços junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, com ônus para aquele Ministério, nos termos do Decreto nº 4.050/2001. (Decisão nº 1133/2013);
PROCESSO RG Nº 295/05
INTERESSADO: PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
ASSUNTO: Solicita prorrogação do afastamento de CARLOS KOJI TAKAHASHI.
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE AUTORIZAR a prorrogação do afastamento do servidor CARLOS KOJI TAKAHASHI, RG. 14.010.493, matrícula 4153, ocupante em caráter efetivo do cargo de Técnico Legislativo, do SQC-II, para prestar serviços junto à Prefeitura do Município de São Paulo, até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo. (Decisão nº 1134/2013);
PROCESSO DIGITAL Nº 2626/2011
INTERESSADA: Administração
ASSUNTO: Reabertura de procedimento licitatório na modalidade “Pregão Presencial”, do tipo Menor Preço, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações – autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de acessos digitais bidirecionais, Feixe E1 – 2MB, a partir da central privada de PABX, com 1450 (um mil, quatrocentos e cinquenta) ramais DDR – para as chamadas originadas nas dependências do Palácio 9 de Julho, pelo prazo de 12 (doze) meses, sob o regime de empreitada por preço unitário, consoante especificações e condições estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo III), na minuta de Proposta Comercial (Anexo IV) e na minuta de Instrumento de Contrato (Anexo V), que integram o presente Edital, bem como designação de Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio Técnico.
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido nos autos do Processo Digital nº 2626/2011, que trata da instauração de certame licitatório, na modalidade “Pregão Presencial”, visando a contratação em epígrafe, pelo prazo de 12 (doze) meses, sob o regime de empreitada por preço unitário, consoante especificações e condições estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo III) do Edital; considerando a Decisão de Mesa nº 2628/2012, de 15/08/2012, que autorizou a abertura de certame licitatório com vistas ao atendimento da solicitação de compras apresentada pelo Serviço de Administração Geral da ALESF; à vista da suspensão da abertura do respectivo certame em face dos questionamentos efetivados por potenciais licitantes, em 29/08/2012; à vista das manifestações do Serviço de Administração Geral, de 14/09/2012 e de 23/10/2012, que acolhe; em face do novo Memorial Descritivo dos serviços pleiteados em 24/10/2012, o qual ratifica; diante da nova estimativa de preços elaborada pelo Serviço de Compras em 03/12/2012, que acolhe; à vista do Parecer nº 006-1/2013, exarado pela Procuradoria desta Casa de Leis em 08/01/2013; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário – DPCO 0042/13, datada de 30/01/2013, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes, a partir de 12/05/2013, para a realização da despesa ora pretendida, a qual é compatível com o Plano Plurianual – PPA 2012/2015 – Lei nº 14.676/2011 (Programa 150 – Processo Legislativo) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2013 – Lei nº 14.837/2012, e o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, que ora ratifica; e, ainda, em face do encaminhamento do Secretário Geral de Administração de 31/01/2013, **DECIDE**:

I – **AUTORIZAR** a reabertura do procedimento licitatório em questão, na modalidade “Pregão Presencial”, com fundamento na Lei federal nº 10.520/2002, no Regulamento do Pregão no âmbito deste Poder Legislativo aprovado pelo Ato de Mesa nº 02/2004 e alterado pelo Ato de Mesa nº 20/2005, e subsidiariamente, na Lei federal nº 8.666/1993, bem como na Lei estadual nº 6.544/1989;

II – **APROVAR** a minuta de Edital e respectivos Anexos, ultimados pela Comissão Permanente de Licitação em 14/01/2013, regularmente analisados e aprovados pela Procuradoria desta Casa, conforme manifestação nº 57-1/2012, de 19/06/2012 e Parecer nº 006-1/2013, de 08/01/2013; e

III- **REITERAR** os demais termos da Decisão de Mesa nº 2628/2012, de 15/08/2012, com sua designação de Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio Técnico, para aplicação in casu.

(Decisão nº1135 /2013);